



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - ADEMA

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

No: 619/2013

EMPRESA/EMPREENDEDOR: MOSAIC FERTILIZANTES P E K LTDA

C.N.P.J / CPF: 33931486003318

ATIVIDADE LICENCIADA: IMPLANTAÇÃO DO TUNNEL LINER DO RIACHO CABOBLÉ SOB A SE-230 NA CTV.

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR: ROD. SE 230, KM 0, CAMPO DE SANTA BARBARA, ROSÁRIO DO CATETE, SE

ESTA LICENÇA AUTORIZA A REALIZAR A IMPLANTAÇÃO, OBSERVANDO AS SEGUINTE CONDICOES:

1. Esta Licença refere-se à execução de obras de construção do Tunnel Liner (tubos armco) do Riacho Caboblé sob a Rodovia SE-230, extensão de 28 metros com diâmetro de 3.000,00 mm, no CTV – Complexo Taquari Vassouras, no município de Rosário do Catete.
2. Esta Licença deverá ser encaminhada para publicação em conformidade com a Resolução Conama nº 06/86, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua expedição, devendo em seguida ser encaminhada cópia das publicações a Adema.
3. A empresa deverá requerer a renovação da Licença de Instalação, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade desta licença.
4. A empresa quando do término das obras deverá comunicar a Adema, requerer uma licença de operação atualizada e vistoria no local com o objetivo de compatibilizar o projeto aprovado.
5. Quaisquer alterações que porventura venham ocorrer no momento da execução das obras, relativas ao projeto aprovado, deverão ser previamente apresentadas à Adema para a devida análise.
6. A empresa quando da execução dos trabalhos para a construção do Tunnel Liner do Riacho Caboblé sob a Rodovia SE-230 deverá obedecer às determinações executivas dos órgãos públicos municipal e do DER – Departamento de Estrada e Rodagem.
7. A empresa deverá dar tratamento e acondicionamento dos resíduos originados pela atividade, como também dos domésticos, que deverão ter destinação de acordo com a especificação do

material.

8. As empresas transportadoras de resíduos sólidos e/ou líquidos deverão ser devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente.
9. A empresa deverá instalar sanitários químicos no local de trabalho de acordo com as necessidades que se apresentarem perante o seu quadro efetivo, provenientes de empresas licenciadas pela Adema.
10. Todo o efetivo terceirizado envolvido na execução das obras deverá ter ciência do Plano de Emergência Local e ações ambientais da empresa.
11. Os canteiros de obras dos terceirizados dentro da empresa deverão ser condicionados a administração do empreendedor em todos os seus atos e efeitos de ações de segurança, meio ambiente e saúde.
12. Os canteiros de obras de terceirizados fora da empresa deverão estar licenciados ambientalmente na Adema.
13. A empresa deverá realizar as obras do Tunnel Liner de acordo com o projeto apresentado, conforme as plantas:
 - Implantação – Geral – Planta e Corte Esquemático – N° VALE 500K-02-6741.
 - Detalhes – Diagramação do Gabião e Detalhes – N° VALE 500K-17-6742.
 - Detalhes das Cabeceiras de Entrada e Saída do “Tunnel Liner – Estrutura de Concreto Armado – Fôrma e Armação – N° VALE 500K-11-6743.
 - Detalhes da Cabeceira do “RIBLOC” diâmetro 1200 mm – Estrutura de Concreto Armado – Fôrma e Armação – N° VALE 500K-11-6744.
 - Transição para Bueiro Existente (3,00 x 2,00 m) – Estrutura de Concreto Armado – Fôrma e Armação – N° VALE 500K-11-6745.
14. Qualquer situação de emergência relativa aos procedimentos das obras do Tunnel Liner, e outras condições estabelecidas nesta licença, deverá ser comunicada a Adema dentro de 24 horas seguintes ao fato, com descrição das causas e providências tomadas para sua correção, não isentando a empresa da aplicação das penalidades cabíveis.
15. A empresa responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente em decorrência do uso inadequado desta licença.
16. As matérias-primas de origem mineral a serem utilizadas no empreendimento deverão ter procedência de jazida devidamente licenciada no órgão ambiental competente.
17. Durante a execução das obras, o empreendedor deverá manter cópias em suas dependências das licenças das jazidas fornecedoras de matérias-primas, bem como desta Licença.
18. Os resíduos sólidos da construção civil gerados pela execução da obra deverão ter destinação segundo a Resolução Conama n° 307/02.
19. O não cumprimento das condições estabelecidas nesta licença implicará na aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.
20. Esta licença não exclui nem substitui outras Licenças exigidas pelas Legislações Federal, Estadual e Municipal com jurisdição na área.
21. A Adema, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente Licença, quando ocorrer:
 - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
 - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a Licença.
 - Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
 - Superveniência de normas técnicas e legais sobre o assunto.

A aceitação desta licença está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.adema.se.gov.br>>

Licença emitida com base na Lei Estadual Nº 5.057, de 07 de Novembro de 2003, Artigo 4º, Inciso VIII.

Emitida às 13:22:12 do dia 05/08/2013 <hora e data de Brasília>.

Conforme Processo ADEMA 2013-002810/TEC/LI-0174 e Parecer Técnico PT-9509/2013-9523

Válida até 05/10/2014

Código de controle da licença: 771a45b200ed7badb6611a26efbdaa97

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Decreto Nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.